



**INAC**

INSTITUTO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL, I.P.

# Plano de Actividades Versão 3.0

# 2009

## **FICHA TÉCNICA**

### **TÍTULO**

Instituto Nacional de Aviação Civil, IP  
Plano de Actividades para o ano de 2009

### **EDITOR**

INAC – Instituto Nacional de Aviação Civil, IP  
Rua B – Edifícios 4, 5, 6 e Santa Cruz  
Aeroporto de Lisboa – 1749-034 Lisboa  
Telef.: +351 218 423 500 / Fax.: +351 218 402 398 / e-mail: [inacgeral@inac.pt](mailto:inacgeral@inac.pt)  
[www.inac.pt](http://www.inac.pt)

### **COORDENAÇÃO TÉCNICA**

Gabinete de Estudos e Controlo de Gestão

### **IMAGEM E GRAFISMO**

Departamento de Comunicação

Periodicidade: Anual

Data de Edição: Agosto/2008

## ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA.....	4
I – VISÃO, MISSÃO E OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS.....	6
1. Visão .....	6
2. Missão .....	6
3. Objectivos Estratégicos.....	7
II – OBJECTIVOS ANUAIS.....	10
III – ACTIVIDADES A DESENVOLVER.....	14
Objectivo 1 – Assessoria ao Governo, ao nível legislativo, através da transposição de Directivas e Anexos, bem como elaboração de regulamentos e demais actos legislativos.....	15
Objectivo 2 – Adequação da regulação do sector às necessidades do sistema de aviação civil.....	17
Objectivo 3 – Reforço da acção de supervisão, garantindo a segurança.....	19
Objectivo 4 – Reforço da sustentabilidade económico-financeira.....	20
Objectivo 5 – Reforço do posicionamento institucional do INAC .....	21
Objectivo 6 – Reorganização dos processos críticos da actividade do INAC .....	22
Objectivo 7 – Melhoria da qualidade dos serviços prestados.....	23
IV – MEIOS DISPONÍVEIS.....	25
1. Recursos Financeiros.....	25
2. Recursos Humanos.....	31
V – GLOSSÁRIO .....	36

## NOTA INTRODUTÓRIA

O INAC, I.P. no quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e pelo Programa do Governo no tocante à modernização administrativa e à melhoria da qualidade dos serviços públicos e, também, dos seus objectivos estratégicos plurianuais definiu, para o exercício económico de 2009, os seguintes objectivos operacionais:

- Assessoria ao Governo, ao nível legislativo, através da transposição de Directivas e Anexos, bem como elaboração de regulamentos e demais actos legislativos;
- Adequação da regulação do sector às necessidades do sistema de aviação civil;
- Reforço da acção de supervisão, garantindo a segurança;
- Reforço da sustentabilidade económico-financeira;
- Reforço do posicionamento institucional do INAC;
- Reorganização dos processos críticos da actividade do INAC;
- Melhoria da qualidade dos serviços prestados.

A elaboração das propostas de acção que a seguir se enunciam teve em consideração as orientações expressas na Lei nº 66-B/2007, de 28 de Dezembro, no que concerne ao Quadro de Avaliação e Responsabilização dos Serviços da Administração Pública (QUAR), na Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, e no Decreto-Lei nº183/96, de 27 de Setembro, no que respeita à elaboração do Plano de Actividades Anual.



**INAC**

INSTITUTO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL, I.P.

**V i s ã o , M i s s ã o e O b j e  
E s t r a t é g i c o s**

## I – VISÃO, MISSÃO E OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

### 1. Visão

Projectar o INAC como uma autoridade aeronáutica de referência europeia, prestigiada e respeitada, destacando-se pela sua gestão, realização dos seus profissionais e pela eficiência dos seus processos, visando a satisfação dos interessados.

### 2. Missão

Promover o desenvolvimento seguro, eficiente e sustentado das actividades da aviação civil através da supervisão, regulação, regulamentação, certificação, licenciamento, homologação e fiscalização dessas actividades.

No quadro seguinte sintetizam-se as principais atribuições e competências actuais do Instituto e as principais actividades que lhes correspondem:

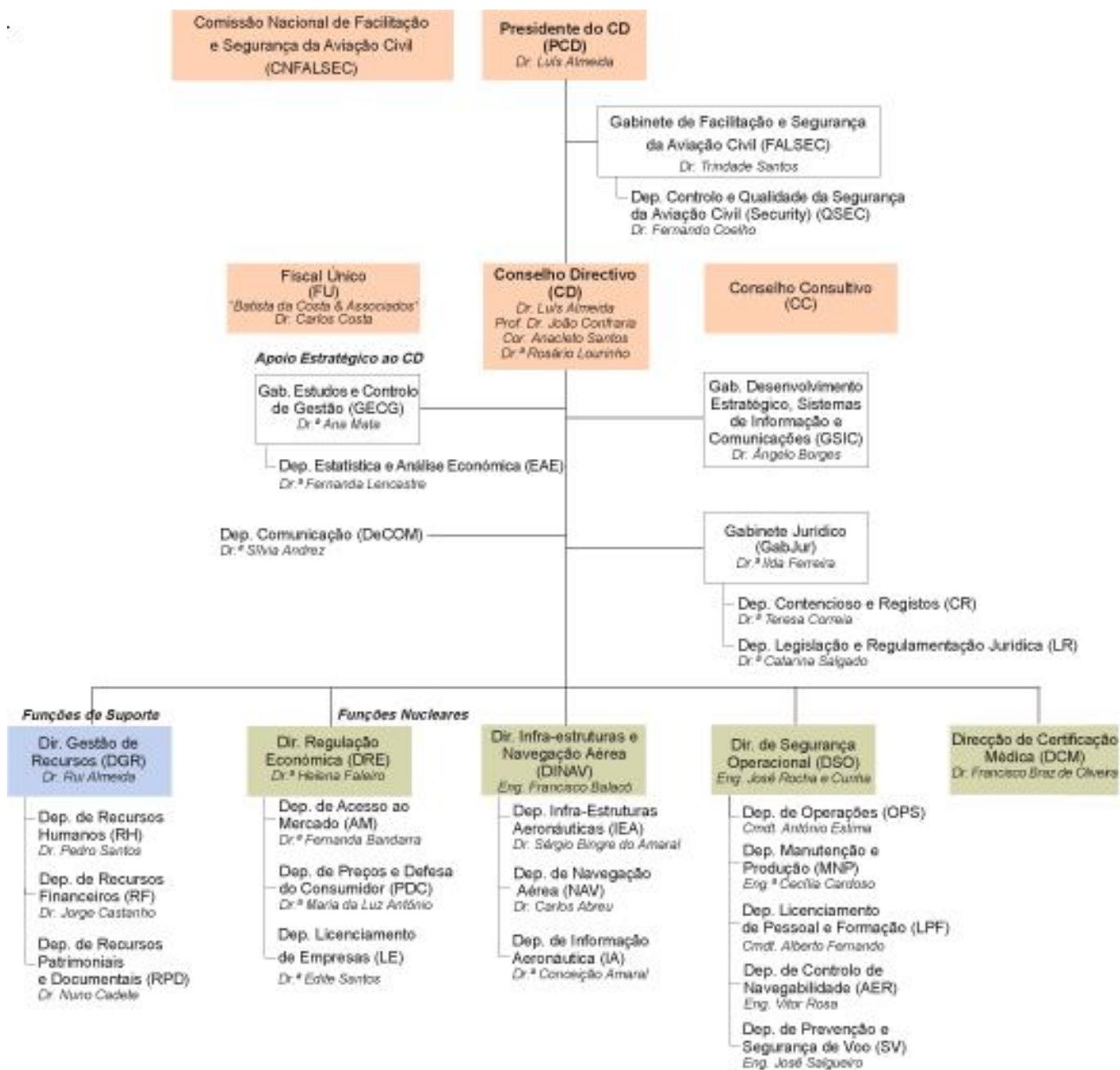
<b>Atribuições / Competências</b>	<b>Principais Actividades</b>
Coadjuvar o Governo, na definição das linhas estratégicas e de políticas gerais e sectoriais para a aviação civil	Elaborar projectos de legislação, colaborar na preparação de diplomas legais e regulamentares, nacionais e comunitários e acompanhar a sua aplicação Representar o Estado Português em organismos internacionais relativos ao sector da aviação civil
Promover a segurança aérea	Regulamentar, supervisionar, inspeccionar e fiscalizar as organizações, as actividades, os equipamentos e as instalações do sector
Promover a adequada regulação económica do sector	Regular as actividades aeroportuárias, de navegação aérea e de transporte aéreo Supervisionar as condições do exercício das actividades da aviação civil Garantir os direitos dos passageiros
Promover a facilitação e a segurança de gestão de transporte aéreo e coordenar o respectivo sistema nacional	Coordenar e supervisionar a implementação e execução dos programas nacionais de facilitação e segurança da aviação civil e de controlo da qualidade da segurança da aviação civil Promover a implementação e o desenvolvimento do programa nacional de formação e treino de segurança da aviação civil

### 3. Objectivos Estratégicos

Para o triénio 2008-2010 foram definidas as linhas de orientação estratégica que o instituto deverá prosseguir naquele período. A actuação do INAC, IP deverá focar-se na prossecução dos objectivos plurianuais definidos, a saber:

- Garantir a segurança da aviação civil, promovendo uma eficaz regulação e regulamentação do sector, bem como uma eficiente acção inspectiva e fiscalizadora;
- Aumentar a confiança dos agentes económicos e dos clientes no exercício da regulação do mercado;
- Melhorar a qualidade dos serviços prestados, concretizando uma redução visível dos prazos médios e desburocratizando e simplificando os processos de interface com os agentes económicos do sector;
- Dotar o INAC, IP de uma organização e processos internos que possibilitem uma resposta mais eficiente e eficaz junto do sector da aviação civil;
- Reforçar as competências dos Recursos Humanos do INAC, IP;
- Assegurar a sustentabilidade económico-financeira, libertando os meios financeiros indispensáveis para cobrir os custos de funcionamento e financiar investimentos relacionados com a melhoria da eficácia, no cumprimento da sua actividade;

Com o intuito de operacionalizar os objectivos e metas definidos, foi implementada, em 2008, a nova estrutura orgânica do INAC, IP decorrente da nova Lei Orgânica e dos novos Estatutos do Instituto (Portaria n.º 543/2007, de 30 de Abril), a qual tem subjacente as orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e os objectivos do Programa do Governo no tocante à modernização administrativa e à melhoria da qualidade dos serviços públicos.



Organograma do INAC, IP



**INAC**

INSTITUTO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL, I.P.

# OBJECTIVOS ANUAIS

## II – OBJECTIVOS ANUAIS

No seguimento das orientações estratégicas definidas para o INAC, IP, foi determinado um modelo de fixação de objectivos para os anos 2008-2010, baseado num conjunto de indicadores que permitirão avaliar o grau de concretização das orientações específicas designadas para o Instituto. Os indicadores do INAC, IP, comuns a todos os membros do Conselho Directivo, para o ano de 2009, encontram-se descritos no quadro seguinte:

Objectivos de Gestão Anuais	Indicador de Medida	Meta 2009
Reforçar a sustentabilidade económica-financieira do INAC, IP	Taxa de cobertura de custos por proveitos próprios	119%
Aumentar a eficiência das actividades do INAC, IP., reduzindo o custo operacional por certificação, licenciamento e autorização concedida	Custo operacional / (certificações+licenciamentos+autorizações)	335, 00€
Manter o grau de cumprimento orçamental	Despesas de Funcionamento (real) / Despesas de Funcionamento (orçamentado)	100%
Aumentar a acção de supervisão, garantindo a segurança, aumentando em 25% as acções relativas a 2007	Auditorias previstas+inspecções planeadas+inspecções SAFA +acções correctivas	390
Contribuição para o desenvolvimento do sector	Nº de relatórios sectoriais publicados	2
Implementar, com qualidade o sistema de avaliação	% de pareceres favoráveis da Comissão Paritária /Nº trabalhadores Avaliados	<=5%

No quadro das orientações definidas pelo Programa de reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e do Programa do XVII Governo Constitucional, compete ao INAC, I.P., assegurar através das suas competências e atribuições, o bom ordenamento das actividades no âmbito da aviação civil, regulando e fiscalizando as condições de exercício e promovendo a protecção dos respectivos utentes.

Neste sentido, e conforme já mencionado, o Conselho Directivo definiu, para o ano de 2009, sete objectivos operacionais, que cobrem as diversas áreas de intervenção do INAC, IP e cuja concretização possibilitará o cumprimento dos objectivos plurianuais definidos e a consolidação do plano estratégico da organização.

### **1. Assessoria ao Governo, ao nível legislativo, através da transposição de Directivas e Anexos, bem como elaboração de regulamentos e demais actos legislativos**

Coadjuvar o Governo, na definição das linhas estratégicas e de políticas gerais e sectoriais para a aviação civil, elaborando projectos de legislação, colaborando na preparação de diplomas legais e regulamentos, nacionais e comunitários.

### **2. Adequação da regulação do sector às necessidades do sistema de aviação civil**

Promover a adequada regulação do sector, através da actualização do modelo regulatório e aumentando a confiança dos agentes económicos e dos clientes no exercício da regulação do mercado.

### **3. Reforço da acção de supervisão, garantindo a segurança**

Promover a segurança da aviação civil de uma forma integrada e eficiente intensificando as acções de supervisão, inspectiva e fiscalizadora, melhorando os resultados das auditorias e contribuindo para a evolução sustentada do sector.

### **4. Reforço da sustentabilidade económico-financeira**

Manter e melhorar a sustentabilidade económico-financeira do INAC gerando uma contribuição positiva para o Orçamento de Estado e para as Contas Públicas, promovendo o financiamento dos investimentos relacionados com a melhoria da eficácia da prestação do INAC, IP.

### **5. Reforço do posicionamento institucional do INAC**

Aumentar a confiança dos diversos *stakeholders* na actuação do INAC, IP.

## **6. Reorganização dos processos críticos da actividade do INAC**

Dotar o INAC dos meios e processos que permitam uma resposta mais eficiente e eficaz junto do sector da aviação civil.

## **7. Melhoria da qualidade dos serviços prestados**

Melhorar a qualidade dos serviços prestados, promovendo as ferramentas *e-government* e os sistemas de garantia da qualidade, reduzindo prazos de execução;

Com base nas grandes linhas de actuação acima expostas, apresentam-se, no capítulo seguinte, os objectivos operacionais traçados para o ano de 2009, acompanhados dos respectivos indicadores de actividade previstos para o próximo ano para o INAC, I.P.



**INAC**

INSTITUTO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL, L.P.

A C T I V I D A D E S   A   D E S E N V O

### III – ACTIVIDADES A DESENVOLVER

Os objectivos operacionais traçados são consubstanciados em actividades, produtos e serviços que na sua generalidade traduzem as auditorias, inspecções, verificações, investigações, fiscalizações quer no País quer no Estrangeiro, acompanhamento e monitorização de empresas, actividades globais no âmbito das Certificações, Licenciamentos, Registos, Autorizações relacionadas com os Operadores, Pessoal Aeronáutico, Instalações e Equipamentos, do sector da aviação civil.

Além das acções de supervisão das actividades do sector da aviação civil, há um conjunto de outras actividades que resultam de auditorias e inspecções a este Instituto, por organizações internacionais e nacionais que supervisionam a actividade do INAC, IP.

Na sistematização que aqui é feita para cada objectivo há dois quadros: um relativo às actividades que lhe competem, e outro de indicadores complementares para avaliação do cumprimento de algumas das actividades previstas.

**Objectivo 1 – Assessoria ao Governo, ao nível legislativo, através da transposição de Directivas e Anexos, bem como elaboração de regulamentos e demais actos legislativos**

**Objectivo1 – Quadro 1**

Objectivos Operacionais	Actividades / Produtos / Serviços
<p><b>Assessoria ao Governo, ao nível legislativo, através da transposição de Directivas e Anexos, bem como elaboração de regulamentos e demais actos legislativos</b></p>	Transposição do <b>Anexo 10</b>
	Transposição do <b>Anexo 15</b>
	Implementação nacional do <b>Anexo 6</b> da ICAO – Parte II – (aviação geral internacional)
	Revisão do Decreto-Lei nº 17-A/2004, de 16 de Janeiro, para implementar a emenda 7 do JAR-FCL e de outras licenças que constam do <b>Anexo 1</b> da ICAO;
	Revisão do Decreto-Lei n.º 289/2003 de 14 de Novembro de 2003 sobre os requisitos formais e materiais para a emissão do COA e fixação das competências do respectivo titular;
	Regulamentação da operação de AFIS e de estações de telecomunicações aeronáuticas a partir de aeródromos secundários D. Lei (ALeg.º) licença AITA; D. Lei operação de estações de telecomunicações aeronáuticas em aeródromos secundários
	Elaborar um Decreto-lei sobre a emissão de licenças de estação de rádio e comunicações a bordo de aeronaves;
	Revisão da legislação de suporte ao processo de tratamento da taxa de segurança e respectiva cobrança;
	Regulamentos: de aplicação do D.Lei 186/2007; de aplicação da Lei de Licenciamento de Controladores de Tráfego Aéreo de aplicação do D.Lei de transposição do Anexo 2 sobre espectáculos de pirotécnia e lançamento de balões na proximidade de aerodromos
	Elaborar e/ou colaborar com os serviços do MOPTC na preparação de todos os projectos de diplomas legais relativos ao sector e que com o mesmo tenham qualquer ligação;
	Contribuir para a definição das Obrigações modificadas de Serviço Público nas ligações entre Porto Santo/Funchal/Porto Santo no que se refere aos aspectos <u>tarifários e operacionais</u> ;
	Colaborar com os serviços do MOPTC na preparação de respostas a recursos contenciosos e gratuitos de natureza tutelar interpostos de actos praticados no âmbito daquele Ministério, em matéria de aviação civil;
	Preparar os Conselhos de Ministros dos Transportes, Energia e Telecomunicações, através da elaboração de Notas de enquadramento, de projectos de Notas de Intervenção;
	Preparar e negociar novos acordos sobre serviços aéreos com a Rússia, Egipto, Angola, Moçambique, Tunísia, ou outros países terceiros que venham a manifestar interesse numa negociação bilateral com Portugal, ou pelos quais as transportadoras aéreas nacionais manifestem interesse;
	Elaborar relatórios com pontos de situação sobre as relações com países terceiros ao nível do transporte aéreo para integração no mecanismo de coordenação da acção externa do Estado português destinado ao MNE;

## Objectivo1 – Quadro 2

Indicadores	Referência 2008	Meta 2009
Actualizar instrumentos legislativos em matéria relacionadas com a aviação civil	n.a.	9 projectos de diploma legal
Preparar os processos de transposição dos Anexos à Convenção de Chicago	n.a.	<= 10 dias do prazo estipulado
Preparar os projectos de Decreto-Lei relativos ao sector da aviação civil	n.a.	<= 10 dias do prazo estipulado
Participar em todas as reuniões que se mostrem indispensáveis à defesa dos interesses nacionais em organismos internacionais ligados ao sector da aviação civil elaborando previamente projectos de intervenção e posteriormente relatórios de participação nos eventos.	n.a.	<= 5 dias do prazo do evento
Participar nas reuniões Conselhos de Ministros dos Transportes, Energia e Telecomunicações que se mostrem indispensáveis à defesa dos interesses nacionais ligados ao sector da aviação	n.a.	4

## Objectivo 2 – Adequação da regulação do sector às necessidades do sistema de aviação civil

### Objectivo 2 – Quadro 1

Objectivos Operacionais	Actividades / Produtos / Serviços
<p><b>Adequação da regulação do sector às necessidades do sistema de aviação civil</b></p>	Auditoria <b>ICAO e EASA</b> (Parte 145, Parte M, Parte 66, Parte 147, POA e OPS)
	Implementar o novo modelo regulatório de regulação aeroportuária
	Implementar o novo quadro legal para o exercício da actividade de transporte aéreo e trabalho aéreo
	<p>Participar nas reuniões do grupo de trabalho FDC CE/EUA, nos seguintes dossiers:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- negociações levadas a cabo pela Comissão Europeia para estabelecer um acordo aéreo CE/Estados-Membros/Canadá;</li> <li>- negociações dos acordos aéreos sob o mandato vertical CE/Estados-Membros/Israel, Jordânia, Austrália e Nova Zelândia;</li> <li>- Comité Especial e Fórum Consultivo relativo ao Acordo sob forma de Troca de Cartas entre a CE e os seus Estados-Membros, por um lado e a Federação da Rússia, por outro, relativo aos "Princípios Acordados com vista à Modernização do Actual Sistema de Utilização das Rotas Transiberianas" e à criação do "Mecanismo de Igualização" pelos Estados-Membros;</li> </ul>
	Participar nas reuniões promovidas por diversas instâncias comunitárias e internacionais com vista ao alcance de um enquadramento normativo para as emissões da aviação civil internacional, em colaboração com os representantes do MNE e da Agência do Ambiente
	<p>Preparar e participar em reuniões dos grupos do Conselho de Transportes e Ambiente e de peritos da Comissão Europeia no âmbito dos seguintes dossiers comunitários:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Acordo Comunidade Europeia/Países dos Balcãs Ocidentais no âmbito do Espaço Aviação Comum Europeu (EACE);</li> <li>- Acordo de Transporte Aéreo Euro-Mediterrânico (Marrocos);</li> <li>- Grupo de Trabalho Euro-Med Aviation;</li> <li>- Acordo global misto sobre serviços aéreos com a Ucrânia;</li> <li>- Posição de Portugal nas negociações levadas a cabo pela Comissão Europeia com países terceiros com o objectivo de dar conclusão a acordos sobre certas disposições dos acordos aéreos bilaterais à luz do "mandato horizontal" no âmbito do Comité Especial;</li> <li>- 2ª fase da Área Aberta de Aviação CE/Estados-Membros/EUA;</li> </ul>
	Participar nas reuniões do Grupo Financeiro do Eurocontrol
	Levantamento das situações de incumprimento do Regulamento (CE) nº 1107/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Julho de 2006 relativo aos direitos das pessoas com deficiência e das pessoas com mobilidade reduzida no transporte aéreo
	Análise das reclamações de passageiros e subsequente consulta às transportadoras aéreas/aeroportos/operadores de assistência em escala ou reenaminhamento para outras entidades (Centro Europeu do Consumidor, Instituto de Turismo de Portugal e Organismos Nacionais Responsáveis (ONR) de outros Estados Membros)
	Supervisionar o cumprimento dos requisitos impostos, relativos aos serviços aéreos regulares no interior do Continente, entre o Continente e a Região Autónoma dos Açores e entre as Regiões Autónomas e no interior da Região Autónoma da Madeira
	<p>Publicar estudos sectoriais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Anuário Estatístico;</li> <li>- Estudos sobre a competitividade da aviação civil e sobre o impacto do sector na economia;</li> <li>- Previsões de tráfego aéreo;</li> </ul>
	Elaborar a publicação anual das aeronaves inscritas no RAN
	Supervisionar o cumprimento do requisito de capacidade financeira dos operadores licenciados
	Implementar as alterações ao Decreto-Lei nº 250 de 11 de Outubro de 2003 que aprova o regime de certificação médica de aptidão do pessoal aeronáutico civil, designadamente no que se refere à alteração da política de qualidade exigida aos examinadores

## Objectivo 2 – Quadro 2

Indicadores	Referência 2008	Meta 2009
Contribuir para o desenvolvimento do sector com relatórios sectoriais publicados	1	2
Pareceres técnicos para supervisão da capacidade financeira dos operadores licenciados	n.a.	109
Participar em todas as reuniões em organismos internacionais ligados ao sector da aviação civil elaborando previamente projectos de intervenção e posteriormente relatórios de participação nos eventos.	n.a.	<= 5 dias do prazo do evento
Manter as condições de fluidez de resposta da Conservatória do Registo Aeronáutico Nacional	n.a.	1 dia
Elaborar todas as notificações de processos de contra-ordenação de processos instaurados no ano de 2008	n.a.	100%
Produzir todos os relatórios finais de processos instaurados em 2006 e 2007	n.a.	100%

## Objectivo 3 – Reforço da acção de supervisão, garantindo a segurança

### Objectivo 3 – Quadro 1

Objectivos Operacionais	Actividades / Produtos / Serviços
<p><b>Reforço da acção de supervisão, garantindo a segurança</b></p>	Auditoria ICAO e EASA (Parte 145, Parte M, Parte 66, Parte 147, POA e OPS) coordenar e preparar as auditorias
	<p>Implementar o <b>Anexo 1</b>:</p> <p>Elaboração de procedimentos e de circulares de informação para contemplar a nova legislação referente a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Licenças de pilotos planadores, balão, de “multi-crew, licenças de técnicos de certificação de manutenção de aeronaves - Parte ICAO, Oficiais de Operações de Voo</li> </ul>
	<p>Implementar o <b>Anexo 6</b> da ICAO – Parte II – (aviação geral internacional):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- De acordo com a Parte M – Subparte G e F do Regulamento (CE) nº 2042/2003, com a elaboração de procedimentos e de circulares técnicas de relativos às condições de segurança e de supervisão da operação de trabalho aéreo e de aviação geral</li> </ul>
	Aplicar as novas normas de transição JAA/EASA
	Executar o Plano de Auditorias de Segurança para 2009, de forma a assegurar a avaliação e eficácia do Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil e a monitorização do controlo da qualidade da segurança da aviação civil em Portugal
	Desenvolver um sistema de inspecções aleatórias às aeronaves nacionais para assegurar a supervisão das aeronaves inscritas no registo aeronáutico
	Efectuar auditorias a aeroportos, a transportadoras aéreas e a prestadores de serviços, aumentando em pelo menos 25% a acção de supervisão do ano 2007
	Auditar Centros de Medicina Aeronáutica
	Elaborar a revisão do Manual de Recrutamento e Formação da Direcção de Segurança Operacional
	Emitir os certificados médicos nos moldes exigidos pelos requisitos JAR/EASA e ICAO
	Elaborar a revisão do Manual de Recrutamento e Formação da Direcção de Segurança Operacional
	Realizar acções de formação no âmbito da segurança da aviação civil
	Requalificar infra-estruturas e equipamentos de segurança dos aeroportos nacionais e actualizar e/ou homologar programas de segurança das companhias aéreas e dos prestadores de serviços de assistência em escala
	Assegurar a representação junto do Gabinete Coordenador de Segurança do Ministério da Administração Interna
	Assegurar a representação na Comissão Nacional de Protecção Civil
	Proceder à revisão do Programa Nacional de Formação e Treino da Aviação civil
	Aprovar a parte pública do Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil
Realizar testes e inspecções inopinadas aos sistemas de segurança, nos aeroportos nacionais	
Criar bolsas de auditores de segurança em cooperação com outras entidades estatais	

### Objectivo 3 – Quadro 2

Indicadores	Referência 2008	Meta 2009
Auditorias, inspeções, acções correctivas e inspeções a aeronaves de países terceiros que utilizem aeródromos nacionais.	362	390
Índice de n.º de inspeções ou auditorias realizadas face ao n.º planeado.	100%	100%
Criação de bolsa de auditores de segurança em cooperação com outras entidades estatais.	n.a.	1
Aprovação da parte pública do Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil.	n.a.	1
Revisão do Programa Nacional de Formação e Treino da Aviação Civil.	n.a.	1
Desenvolver um sistema de inspeções aleatórias a aeronaves nacionais.	n.a.	
Elaboração de um procedimento		1
Desenvolvimento de uma aplicação informática		1
Elaboração de um Plano Anual de Inspeções		1

### Objectivo 4 – Reforço da sustentabilidade económico-financeira

#### Objectivo 4 – Quadro 1

Objectivos Operacionais	Actividades / Produtos / Serviços
<b>Reforço da sustentabilidade económico-financeira</b>	Implementar controlos aplicativos e operacionais de verificação da fiabilidade da informação inerente ao processo de tratamento da taxa de segurança
	Implementar controlos de acompanhamento das empresas devedoras e em risco
	Reengenharia dos procedimentos associados à cobrança de dívidas com mora significativa
	Implementar um novo modelo de taxa e prestação de serviços do INAC, IP
	Implementar mecanismo automático de prestação de informação periódica de contas às diversas entidades oficiais (com tal funcionalidade disponível) e Tribunal de Contas
	Aumentar o índice de cobrança

#### Objectivo 4 – Quadro 2

Indicadores	Referência 2008	Meta 2009
Reduzir custo operacional por certificações / licenciamentos / autorizações.	350,00 €	335,00 €
Grau de cobertura de custos por proveitos próprios.	117%	119%
Grau de cumprimento orçamental do INAC, I.P.	100%	100%
Definição de um novo mecanismo de controlo da cobrança do INAC, I.P.	n.a.	1
Actuação ao nível do prazo médio de pagamentos aos fornecedores - alteração de procedimento	n.a.	1

## Objectivo 5 – Reforço do posicionamento institucional do INAC

### Objectivo 5 – Quadro 1

Objectivos Operacionais	Actividades / Produtos / Serviços
Reforço do posicionamento institucional do INAC	Assegurar a representação no Comité de Segurança de Aviação Civil da Comissão Europeia
	Assegurar a representação nos fóruns/grupos de trabalho da conferência europeia de aviação civil nas quais Portugal está formalmente representado, no âmbito da facilitação e segurança
	Representar Portugal em eventos internacionais relacionadas com medicina aeronáutica
	Dar continuidade à representação do INAC, I.P. no grupo de Trabalho para a Implementação do Regulamento de Sanidade Internacional (OMS), da Administração Regional de Saúde/DGS
	Implementar um programa de eficiência energética no INAC, I.P.
	Implementar um programa ecológico de consumo de recursos
	Formação "on Job" de representantes das autoridades aeronáuticas dos países membros da CLAC
	Realizar em Lisboa o Facilitation Forum da ECAC
	Realizar um seminário com a participação de um representante da Comissão Europeia e dirigido aos representantes das transportadoras aéreas, aeroportos e agentes de viagens
	Realizar um seminário sobre security
	Realizar acção de sensibilização na área de trabalho aéreo dirigida a directores de aeródromos
	Promover iniciativas de sensibilização e divulgação de informação no âmbito da aviação civil, dirigidas aos Órgãos de Comunicação Social
	Manter a actividade científica e investigação com instituições de ensino, de investigação e afins

### Objectivo 5 – Quadro 2

Indicadores	Referência 2008	Meta 2009
Grau de cumprimento do programa de eficiência energética no INAC, I.P.	n.a.	100%
Grau de cumprimento do programa ecológico de consumo de recursos.	n.a.	100%
Realização de acções de sensibilização e divulgação de informação em matéria de aviação civil para os stakeholders.	3	4
Organizar reuniões sectoriais com os diversos stakeholders do sistema de aviação civil sobre informação sobre projectos em curso e programa de actividades;	n.a.	1
Elaborar relatório síntese sobre os principais desenvolvimentos da política comunitária no sector do transporte aéreo (relações externas, questões económicas, defesa do consumidor e ambiente)	n.a.	1

## Objectivo 6 – Reorganização dos processos críticos da actividade do INAC

### Objectivo 6 – Quadro1

Objectivos Operacionais	Actividades / Produtos / Serviços
<b>Reorganização dos processos críticos da actividade do INAC</b>	Disponibilizar um “Terminal Services”, visando a diminuição do TCO (Total Cost of Ownership) por posto de trabalho (hardware/software); potenciar acessos mais eficientes dos dados/Informação, permitindo maior partilha de informação e um forte incremento das políticas de segurança da infra-estrutura. (2ª fase – Unidades Orgânicas)
	Implementar um modulo de Gestão de Recursos Humanos a integrar, futuramente num ERP
	Adoptar e implementar uma infra-estrutura integrada baseada em tecnologia SharePoint, com o objectivo de potenciar o aumento da eficácia, acelerar processos de negócio e facilitar a partilha de informação dentro e fora da organização (Intranet por Unidades Orgânicas –2ª Fase )
	Migrar e otimizar as bases de dados, suportadas em Microsoft Office Access 2003 para plataforma ORACLE/MS SQL em áreas de “share”. (GECG, DCM, DGR)
	Concluir a reestruturação e certificação do sistema de cablagem estruturada dos edifícios nº 5 e 6 do INAC,I.P.
	Levantamento das Publicações Técnicas relacionadas com marcas e modelos de aeronaves/fabricante existentes no registo aeronáutico e verificação da sua acessibilidade
	Verificação de todos os procedimentos aplicáveis e de todos os processos das organizações e dos operadores aéreos envolvidas nas auditorias
	Implementar meios de pagamento via Web e facturação electrónica no INAC,I.P.
	Implementar o portal do trabalhador INAC,I.P.
	Consolidar o modelo de controlo de bens móveis do INAC,I.P.
	Reorganizar a biblioteca do INAC,I.P.
	Reorganizar a gestão e arquivo documental do INAC,I.P.
	Sistematizar e consolidar o manual de descrição de funções e competências por U.O's e sub.U.O's do INAC,I.P.
	Implementar, desenvolver e controlar os processos de recrutamento de novos colaboradores do INAC,I.P.
	Implementar plano de formação de desenvolvimento de recursos humanos de acordo as necessidades dos postos de trabalho;
	Organizar a formação motivacional de direcção e liderança

### Objectivo 6 – Quadro 2

Indicadores	Referência 2008	Meta 2009
Instituição de procedimento que defina a formação técnica adequada ao conteúdo profissional de cada perfil funcional.	n.a.	1
Grau de cumprimento do Plano de Formação do INAC,I.P.		100%
Grau de cumprimento do novo modelo de atendimento central ao utente;	n.a.	100%
Grau de implementação do portal do trabalhador INAC,I.P.	n.a.	100%
Instituir procedimento interno de estabelecimento do grau de relevância de acções de formação para as necessidades específicas do sector de aviação civil.	n.a.	1

## Objectivo 7 – Melhoria da qualidade dos serviços prestados

### Objectivo 7 – Quadro 1

Objectivos Operacionais	Actividades / Produtos / Serviços
<b>Melhoria da qualidade dos serviços prestados</b>	Inquérito ao Grau de Satisfação dos Clientes do INAC, I.P.
	Inquérito ao Clima e Cultura Organizacional do INAC, I.P.
	Implementar um sistema de controlo de gestão
	Implementar a Política de Qualidade no âmbito da Medicina Aeronáutica
	Reorganização do modelo de atendimento central ao utente
	Melhorar os procedimentos médico-administrativos dos AMCs e AMEs
	Informatização do Front-Office / Back-Office – Governo Electrónico
	Actualização dos procedimentos relativos a licenciamento de empresas, definição de procedimentos relativos a autorizações de voo
	Realizar workshop sobre "implantação do manual de medicina aeronáutica e do manual dos 1º socorros
	Realizar evento com Examinadores Médicos Autorizados e responsáveis dos Centros de Medicina Aeronáutica sobre Política de Qualidade e transição do normativo JAA/EASA
	Implementação de um sistema de análise de ocorrências, com a revisão do procedimento e assegurando a disponibilização da aplicação informática de modo a garantir o envolvimento de todos os departamentos e análise estatísticas das ocorrências
	Disponibilizar na intranet um manual de acolhimento de trabalhadores que permita a consulta permanente dos direitos e obrigações inerentes à relação laboral com o INAC, IP
	Dar continuidade à reabilitação dos espaços dos edifícios 4, 5, e 6
	Disponibilizar uma solução de gestão documental para controlo dos fluxos de informação, consulta e arquivo digital de documentação geral (expediente), operacional e técnica
	Criar um espaço polivalente e respectiva infra-estrutura tecnológica para realização de exames assistidos por computador e formação
Implementação do Anexo 1: - Desenvolvimento de uma aplicação informática para uniformização do formato das licenças a emitir pelo INAC,I.P.	

### Objectivo 7 – Quadro 2

Indicadores	Referência 2008	Meta 2009
Instituir um procedimento de consulta ágil das partes interessadas na regulamentação nacional e internacional em cuja elaboração o INAC participe, com o objectivo de melhorar a compreensão da regulamentação e o rendimento da consulta formal	n.a.	1
Melhorar a qualidade de serviço- Prazo médio de dias de resposta por tipo de documentos, ponderado pelo nº de actos regulatórios	17	13
Realização de um inquérito com o objectivo de avaliar o grau de satisfação dos clientes do INAC,I.P..	n.a.	1
Elaborar um inquérito de clima e cultura organizacional do INAC,I.P.	1	1
Grau de implementação do Sistema de Gestão Documental do INAC,I.P.	n.a.	75%
Disponibilização de espaços polivalentes e respectiva infraestrutura tecnológica para a realização de exames assistidos por computador e formação.	n.a.	30.Jun.2009
Sistema interno de procedimentos do INAC,I.P.	n.a.	1
Grau de cumprimento do novo modelo de atendimento central ao utente	n.a.	100%
Grau de implementação da política de qualidade no âmbito da medicina aeronautica	n.a.	50%



**INAC**

INSTITUTO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL, L.P.

# M e i o s   D i s p o n í v e i s

## IV – MEIOS DISPONÍVEIS

Para cumprimento dos objectivos previstos no plano de actividades do INAC, I.P. para o ano de 2009, está prevista a utilização de um conjunto de recursos que a seguir se enunciam e discriminam:

### 1. Recursos Financeiros

Para dar execução ao plano de actividades para o ano de 2009, em termos globais, o INAC, I.P. prevê uma receita global (orçamento de funcionamento+PIDDAC) de 46.938.968,00 € e um montante de despesa de 46.503.829,00 €, cumprindo, nestes termos, a Regra de Equilíbrio Orçamental.

Na elaboração do plano de actividade para 2009 e correspondente orçamentação foram tidas em consideração as linhas orientadoras estabelecidas pela Circular DGO Série A, n.º 1343, de 1 de Agosto, designadamente:

- *“A preparação dos projectos de orçamento para 2009 pelos serviços e organismos da Administração Central deverá reger-se pelo SIADAP e pela Lei de Vínculos, Carreiras e Remunerações e deverá fundamentar-se no respectivo plano de actividades, elaborado após a definição dos objectivos do serviço, e no correspondente mapa de pessoal para 2009.*
- *Afectar 2,5% do montante total da despesa a orçamentar para 2009 à constituição de uma reserva a inscrever na rubrica de classificação económica 06.02.03 – Outras despesas correntes – Diversas – Outras, ...”*

De destacar que o orçamento estimado prevê um crescimento da despesa superior à execução orçamental de 2007 para o orçamento de funcionamento. Esta situação deve-se fundamentalmente a:

- à despesa de pessoal inscrita no orçamento ter por base o reforço do número de funcionários do INAC, I.P., de acordo com o número mínimo de trabalhadores indispensáveis ao bom funcionamento do Instituto para cumprimento da sua missão, em conformidade com o estabelecido no âmbito do PRACE;
- ao crescimento da despesa associada à taxa de segurança; por ser uma receita consignada, 72,5% dos valores cobrados correspondem a despesa a realizar como transferências para os diversos beneficiários.

## 1.1 Orçamento de Funcionamento

Prevê-se que a receita e a despesa tenham a seguinte expressão (valores em euros):

### **Receita:**

- Taxa de segurança	40.551.816,00 €
- Outras taxas	3.978.988,00 €
- Receitas diversas	696.694,00 €

**Receita total** **45.227.498,00 €**

### **Despesa:**

- Despesas com o pessoal	9.045.130,00 €
- Aquisição de bens e serviços	3.114.643,00 €
- Transferências	31.076.263,00 €
- Outras despesas correntes	.798.569,00 €
- Despesas de capital	755.254,00 €
- Juros e Outros Encargos	2.500,00 €

**Despesa total** **44.792.359,00 €**

De destacar como factor relevante, que a taxa de segurança (orçamento de funcionamento + PIDDAC) ascenderá a 42.263.286,00 €, o que corresponde a um crescimento previsto de 8,9%, relativamente ao valor orçamentado para 2008; sendo a mais expressiva no cômputo geral das receitas, representando cerca de 90% do total.

Quanto às restantes taxas, e também relativamente ao valor orçamentado para 2008, prevê-se um crescimento na ordem dos 19%, tendo por referência os custos efectivamente suportados com os serviços prestados.

No âmbito do orçamento de funcionamento serão desenvolvidos os seguintes projectos específicos, intrinsecamente relacionados com os objectivos definidos para o ano de 2009.

a) Organização de diversos seminários, exposições e similares:

Agenda de iniciativas (seminários, workshops e similares)	Área Funcional	Custo Estimado
Seminário SV- Notificação de Ocorrências Aeronáuticas	Segurança Operacional	57 000 Euros
Seminário Man-Pro - Apresentação da Parte M-Reg 2042/2003		
3 seminários de uniformização de examinadores JAR-FCL		
2 Seminários de examinadores de ultraleves		
2 Workshop Parte 66		
Seminário Direitos dos Passageiros de transporte aéreo , ao abrigo da Convenção de Montreal (atrasos e bagagens)	Regulação Económica	27 000 Euros
Seminário Direitos dos Passageiros deficientes e com mobilidade reduzida, ao abrigo do Regulamento (CE) nº 1107/2006		
Workshop Transporte Aéreo Regular		
Workshop Transporte Aéreo Não Regular		
Campanha de Trabalho Aéreo e Assistência em Escala		
Seminário de Segurança	Facilitação e Segurança	13 500 euros
Fórum Europeu CEAC FAL		
Segurex	Comunicação	28 500 Euros
Encontro com jornalistas		
Portugal Air Show		
Realização de uma conferência		
Curso avançado de Medicina Aeronáutica	Medicina Aeronáutica	7 500 Euros

b) Implementação de nova imagem do INAC

Importa implementar a nova imagem institucional do INAC, IP, designadamente, através de inserções publicitárias e construção de um novo stand publicitário, bem como através dos diversos suportes de comunicação utilizados.

*Custo estimado da iniciativa: 65.000 Euros*

c) Campanha Publicitária sobre Segurança

*Custo estimado da iniciativa: 15.000 Euros*

d) Encontro com trabalhadores / formação de dirigentes

Pretende-se organizar um encontro com trabalhadores para apresentação e discussão das linhas estratégicas para o triénio 2009-2012 e objectivos operacionais para 2009.

Como complemento à iniciativa, está projectada a realização de uma acção de formação dos dirigentes com o Conselho Directivo para agilizar o relacionamento e reforçar as componentes comportamentais de direcção e liderança.

*Custo estimado da iniciativa: 12.200 Euros*

e) Projectos de actualização dos suportes de auxílio à navegação aérea (cont.)

Conclusão do Projecto de Actualização do Manual VFR (Manual do Piloto Civil)

Custo estimado da iniciativa: 81.900 Euros

Início do Projecto e-TOD – Trabalhos de levantamento da Área 1.

Custo estimado da iniciativa: 150.000 Euros

## 1.2. Orçamento de Investimento

No que se refere ao Investimento, está previsto um montante global de 1.411.470,00 €, afectos a 6 projectos, os quais são suportados totalmente por receitas próprias. Salienta-se que o plano de investimentos agora apresentado foi reduzido em 600.000,00 € face ao plano inicial, uma vez que não está prevista a existência financiamento de receitas provenientes do Orçamento de Estado para os projectos planeados.

### **Receita:**

– Taxa de segurança	1.711.470,00 €
– Transferências do OE	0,00 €

**Receita total** **1.711.470,00 €**

### **Despesa:**

– Remodelação dos Ed. 4, 5 e 6 e Alpriate - Vialonga	719.500,00 €
– Rede Informática do INAC, IP e Tec. Associadas	491.870,00 €
– Gestão Documental e Inf. do Arquivo Morto e Intermédio	54.000,00 €
– Inf. do <i>Front-Office / Back-Office</i> – Governo Electrónico	284.000,00 €
– Portal do INAC, IP	78.000,00 €
– Implementação de um ERP ( <i>Enterprise Resource Planning</i> )	84.100,00 €

**Despesa total** **1.711.470,00 €**

#### a) Remodelação dos Edifícios 4, 5 e 6 e Alpriate - Vialonga

O projecto em causa é uma extensão do projecto iniciado em 2007 e tem como objectivo adequar as instalações do INAC, às necessidades funcionais dos serviços e requalificar os espaços. Este ano o projecto será estendido aos armazéns existentes em Alpriate, onde se prevêem diversas obras de remodelação com vista a uma futura disponibilização do espaço para arquivo.

Custo do projecto: o investimento a realizar totaliza 719.500 Euros.

b) Rede Informática do INAC, IP e Tecnologias Associadas

Este projecto tem como objectivo dar continuidade à política de renovação progressiva do parque informático do Instituto, quer através da introdução de novos equipamentos, quer através da introdução de melhoramentos nos já existentes (hardware e software).

*Custo do projecto: o projecto tem uma previsão orçamental para 2009 de 491.870 Euros.*

c) Gestão Documental e Informatização do Arquivo Morto e Intermédio

Este projecto tem como objectivo melhorar os procedimentos de registo e controlo da documentação do INAC, IP, e concretiza-se em sub-projectos:

- Desenho conceptual de uma solução de gestão documental que permita dar resposta às necessidades de suporte de encaminhamento, arquivo e consulta do fluxo de informação interno (corrente e histórico);
- Externalização de arquivos intermédios e mortos;
- Digitalização de parte do arquivo definitivo e intermédio do Instituto.

*Custo do projecto: o projecto em causa é a continuação de um projecto iniciado em 2007 e estima-se um custo global de 54.000 Euros para 2009.*

d) Informatização do Front-Office / Back-Office – Governo Electrónico

Trata-se de um projecto de modernização administrativa, de características estruturantes, que pretende melhorar a relação entre o INAC e o seu cliente, e os processos de trabalho existentes. São objectivos programados, para 2009:

- Contratação de consultadoria para continuação do desenvolvimento e acompanhamento da implementação da informatização de processos de trabalho;
- Aquisição de software de apoio, gestão e controlo;
- Informatização de diversas áreas de *Back-Office*.

*Custo do projecto: o valor do investimento a realizar em 2009 ascenderá a 284.000 Euros.*

e) Renovação do Portal do INAC

O objectivo deste projecto é reestruturar o *Website* do INAC, IP, através da renovação da imagem, da actualização do suporte tecnológico e dos conteúdos, e da disponibilização de novas funcionalidades.

*Custo do projecto: o projecto encontra-se actualmente em desenvolvimento e prevê-se uma necessidade orçamental de 78.000 Euros para o exercício de 2009.*

f) Implementação de ERP (Enterprise Resource Planning)

Face às limitações ao nível dos sistemas de informação do INAC, IP, designadamente de suporte à actividade administrativa e financeira, é necessário implementar um novo sistema que permita uma melhor interacção e integração de processos com as outras áreas funcionais da organização. A implementação do sistema identificado terá inerentes valências nas seguintes áreas: contabilidade orçamental e patrimonial; facturação e cobranças; gestão de contas correntes; gestão de fluxos financeiros; gestão de compras e stocks; inventário e controlo de activos; recursos humanos (processamento de salários, assiduidade, formação e gestão de carreiras); controlo e reporte de gestão;

Considerando os constrangimentos orçamentais existentes para o ano de 2009, este projecto contemplará, neste exercício económico, apenas, o Modulo de Gestão de Recursos Humanos.

- *Custo do projecto: o investimento a realizar em 2009 é estimado em 84.100 Euros.*

### 1.3. Balanço Previsional do exercício

## BALANÇO

Unidade: Euros

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS					
		2009			2008		
		AB	AP	AL	AB	AP	AL
	<b>IMOBILIZADO:</b>						
	<b>Bens de domínio público:</b>						
451	Terrenos e recursos naturais	751.469,58	0,00	751.469,58	751.469,58	0,00	751.469,58
452	Edifícios	977.024,56	204.246,29	772.778,27	977.024,56	188.743,97	788.280,59
454	Outras construções e infra-estruturas	51.062,21	14.396,10	36.667,11	51.062,21	13.127,18	37.935,03
455	Infra-estruturas e equipamentos de natureza militar						
456	Bens do património histórico, artístico e cultural						
459	Outros bens de domínio público						
445	Imobilizações em curso						
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público						
		<b>1.779.556,35</b>	<b>218.642,39</b>	<b>1.560.914,36</b>	<b>1.779.556,35</b>	<b>201.871,15</b>	<b>1.577.685,20</b>
	<b>Imobilizações incorpóreas:</b>						
431	Despesas de instalação						
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento						
433	Propriedade industrial e outros direitos						
443	Imobilizações em curso						
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas						
		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>Imobilizações corpóreas:</b>						
421	Terrenos e recursos naturais						
422	Edifícios e outras construções	3.044.120,01	111.173,01	2.932.947,00	3.044.120,01	75.084,91	2.969.035,10
423	Equipamento básico	1.319.173,09	139.751,49	1.179.421,60	547.060,91	118.151,12	428.909,79
424	Equipamento de transporte	153.457,40	150.581,88	2.875,74	153.457,40	148.910,14	6.547,26
425	Ferramentas e utensílios	7.185,16	7.087,09	98,07	6.915,16	6.893,49	31,67
426	Equipamento administrativo	6.087.549,82	3.574.176,96	1.513.372,87	4.110.859,84	3.229.092,17	881.787,47
427	Taras e vasilhame					0,00	
429	Outras imobilizações corpóreas	942.281,78	890.958,78	51.323,00	911.471,97	885.015,97	46.456,00
442	Imobilizações em curso	1.367.266,48	0,00	1.367.266,48	808.766,48	0,00	808.766,48
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas						
		<b>11.921.013,74</b>	<b>4.873.708,98</b>	<b>7.047.304,76</b>	<b>9.397.651,57</b>	<b>4.441.137,80</b>	<b>5.141.519,77</b>
	<b>Investimentos financeiros:</b>						
411	Partes de capital						
412	Obrigações e títulos de participação						
414	Investimentos em imóveis						
415	Outras aplicações financeiras						
441	Imobilizações em curso						
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros						
		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>CIRCULANTE:</b>						
	<b>Existências:</b>						
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo						
35	Produtos e trabalhos em curso						
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos						
33	Produtos acabados e intermédios						
32	Mercadorias						
37	Adiantamentos por conta de compras						
		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>Dívidas de terceiros — Médio e longo prazos</b>						
	<b>Dívidas de terceiros — Curto prazo:</b>						
2811+2821	Empréstimos concedidos						
211	Clientes, o/c	0,00		0,00	0,00		0,00
212	Contribuintes, o/c	0,00		0,00	0,00		0,00
213	Utentes, o/c	597.583,54		597.583,54	597.583,54		597.583,54
214	Clientes, contribuintes e utentes — Títulos a receber	0,00		0,00	0,00		0,00
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	1.510.116,81	1.400.174,37	109.942,44	1.510.116,81	1.324.668,53	185.448,28
251	Devedores pela execução do orçamento						
229	Adiantamentos a fornecedores						
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado						
24	Estado e outros entes públicos						
26	Outros devedores	0,00		0,00	0,00		0,00
		<b>2.107.700,35</b>	<b>1.400.174,37</b>	<b>707.525,98</b>	<b>2.107.700,35</b>	<b>1.324.668,53</b>	<b>783.031,82</b>
	<b>Títulos negociáveis:</b>						
151	Ações						
152	Obrigações e títulos de participação						
183	Títulos da dívida pública						
159	Outros títulos						
18	Outras aplicações de tesouraria						
		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>Conta no Tesouro, depósitos em instituições financeiras e caixa:</b>						
13	Conta no Tesouro						
12	Depósitos em instituições financeiras						
11	Caixa	21.169.573,45		21.169.573,45	19.940.865,34		19.940.865,34
		<b>21.169.573,45</b>	<b>0,00</b>	<b>21.169.573,45</b>	<b>19.940.865,34</b>	<b>0,00</b>	<b>19.940.865,34</b>
	<b>Acréscimos e diferimentos:</b>						
271	Acréscimos de proventos	660.855,60		660.855,60	660.855,60		660.855,60
272	Custos diferidos	8.348,06		8.348,06	8.348,06		8.348,06
		<b>669.203,66</b>	<b>0,00</b>	<b>669.203,66</b>	<b>669.203,66</b>	<b>0,00</b>	<b>669.203,66</b>
	<b>Total de amortizações</b>		<b>5.092.350,37</b>			<b>4.643.008,95</b>	
	<b>Total de provisões</b>		<b>1.400.174,37</b>			<b>1.324.668,53</b>	
	<b>Total do activo</b>	<b>37.647.047,55</b>	<b>6.492.524,74</b>	<b>31.154.522,81</b>	<b>34.079.977,27</b>	<b>5.967.677,48</b>	<b>28.112.299,79</b>

## BALANÇO

CÓDIGO DAS CONTAS		FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
			2009	2008
		<b>FUNDOS PRÓPRIOS:</b>		
51		Património	8.573.803,00	8.573.803,00
55		Ajustamentos de partes em capital de empresas		
56		Reservas de reavaliação		
		Reservas:		
571		Reservas legais		
572		Reservas estatutárias		
573		Reservas contratuais		
574		Reservas livres		
575		Subsídios		
576		Doações		
577		Reservas decorrentes da transferência de activos		
59		Resultados transitados	3.032.286,60	1.182.068,13
88		Resultado líquido do exercício	3.052.332,69	1.850.227,47
			<b>14.658.432,29</b>	<b>11.606.099,60</b>
		<b>PASSIVO:</b>		
29		Provisões para riscos e encargos	1.073.964,87	1.073.964,87
			<b>1.073.964,87</b>	<b>1.073.964,87</b>
		<b>Dívidas a terceiros — Médio e longo prazos</b>		
		<b>Dívidas a terceiros — Curto prazo:</b>		
23 111+23 211		Empréstimos por dívida titulada		
23 112+23 212		Empréstimos por dívida não titulada		
269		Adiantamentos por conta de vendas		
221		Fornecedores, c/c		
228		Fornecedores — Facturas em recepção e conferência		
222		Fornecedores — Títulos a pagar		
2612		Fornecedores de imobilizado — Títulos a pagar		
252		Credores pela execução do orçamento		
219		Adiantamentos de clientes, alunos e utentes		
2611		Fornecedores de imobilizado, c/c		
24		Estado e outros entes públicos	11.749,49	11.749,49
26		Outros credores	9.559.453,40	9.559.453,48
			<b>9.571.202,89</b>	<b>9.571.202,97</b>
		<b>Acréscimos e diferimentos:</b>		
273		Acréscimos de custos	803.612,71	803.612,71
274		Proveitos diferidos	5.047.310,06	5.057.419,64
			<b>5.850.922,77</b>	<b>5.861.032,35</b>
		<b>Total do passivo</b>	<b>16.498.090,52</b>	<b>16.506.200,19</b>
		<b>Total dos fundos próprios e do passivo</b>	<b>31.154.522,81</b>	<b>28.112.299,79</b>

**Pressupostos:**

- Todas as rubricas contabilísticas que não têm actividade no âmbito do orçamento elaborado, consideraram-se sem oscilações
- Foram consideradas amortizações constantes face 2006, 2007 e 2008
- Considerou-se como saldo a provisionar de clientes cobrança duvidosa 5% do valor existente
- O investimento efectuado em equipamento informático e software é repartido em 50% para equipamento básico e equipamento administrativo
- Anualmente a amortização do novo edifício é considerada como proveito extraordinário face ao respectivo custo anual apurado por contrapartida de proveitos diferidos
- **Custos / Investimento:**
- 50% da despesa de ferramentas e utensílios é considerada como FSE e 50% como Imobilizado Corpóreo
- 50% da despesa de material de escritório é considerada como FSE e 50% como Imobilizado Corpóreo
- 50% da despesa de livros e documentação técnica é considerada como FSE e 50% como Imobilizado Corpóreo
- 60% da despesa de seguros é considerada como FSE e 40% como custos com pessoal

## 1.4. Demonstração de Resultados Previsional do exercício

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Unidade: Euros

CÓDIGO DAS CONTAS	POCP		EXERCÍCIOS	
			2009	2008
		<b>CUSTOS E PERDAS</b>		
61		Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
		Mercadorias		
		Matérias	0,00	0,00
62		Fornecimentos e serviços externos	2.917.692,36	2.527.392,26
		Custos com o pessoal:		
641+642		Remunerações	7.859.264,20	6.763.923,32
643 a 648		Encargos sociais:		
		Pensões		
		Outros	1.431.789,46	9.291.053,66
		282.839,41		7.048.762,73
63		Transferências correntes concedidas e prestações sociais	435.360,76	420.281,99
66		Amortizações do exercício	449.341,42	449.341,42
67		Provisões do exercício	75.505,84	75.505,84
			524.847,26	524.847,26
65		Outros custos e perdas operacionais	0,00	0,00
	(A)		13.168.974,04	10.519.284,24
68		Custos e perdas financeiras	2.500,00	0,00
	(C)		13.171.474,04	10.519.284,24
69		Custos e perdas extraordinárias	5.000,00	3.018,10
	(E)		13.176.474,04	10.522.302,34
88		Resultado líquido do exercício	3.052.332,69	1.850.227,47
			16.228.806,73	12.372.529,81
		<b>PROVEITOS E GANHOS</b>		
71		Vendas e prestações de serviços:		
		Vendas de mercadorias	19.784,86	18.842,54
		Vendas de Produtos		
		Prestações de serviços	379.181,12	125.631,67
			398.965,98	144.474,21
72		Impostos, taxas e outros	15.277.072,86	12.214.743,70
		Variação da produção		
75		Trabalhos para a própria entidade		
73		Proveitos suplementares	0,00	0,00
74		Transferências e subsídios correntes obtidos:		
741		Transferências — Tesouro		
742 e 743		Outras		
76		Outros proveitos e ganhos operacionais	3.362,44	3.202,32
	(B)		15.280.435,29	12.217.946,02
			15.679.401,08	12.362.420,23
78		Proveitos e ganhos financeiros	539.296,07	0,00
	(D)		16.218.697,15	12.362.420,23
79		Proveitos e ganhos extraordinários	10.109,58	10.109,58
	(F)		16.228.806,73	12.372.529,81
		<b>Resumo:</b>		
		Resultados operacionais: (B)-(A) =	2.510.427,04	1.843.135,99
		Resultados financeiros (D)-(C) =	536.796,07	0,00
		Resultados correntes (D)-(C) =	3.047.223,11	1.843.135,99
		Resultado líquido do exercício (F)-(E) =	3.052.332,69	1.850.227,47

## 2. Recursos Humanos

É objectivo determinante para a organização a adequação dos recursos humanos às necessidades operacionais do INAC, IP, não só porque se pretende reforçar a acção de supervisão do Instituto, como também, porque se pretende melhorar e qualidade do serviço prestado.

Considerando que a melhoria da eficácia e da eficiência do INAC, I.P. passa pelo investimento nos recursos humanos, e na formação profissional dos colaboradores, estabeleceram-se como objectivos, para 2009, a melhoria das condições de trabalho, a disponibilização de novos instrumentos de trabalho, a consolidação da metodologia de formação adoptada em 2008 e a diminuição do absentismo.

No quadro do redimensionamento dos recursos humanos previsto para o INAC, I.P. estabeleceu-se como linha orientadora o reforço dos quadros de nível superior, face às crescentes exigências internacionais em matéria de segurança da aviação civil.

	2008	2009
	Total	Total
Conselho Directivo	4	4
Dirigentes	28	28
Técnico Superior	106	160
Assistente Técnico	49	56
Assistente Operacional	5	6
Total	192	254



**INAC**

INSTITUTO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL, L.P.

# G l o s s á r i o

## V – GLOSSÁRIO

<b>AMC</b>	Centro de Medicina Aeronáutica
<b>AME</b>	Examinador Médico Autorizado
<b>ATS</b>	Serviço de Tráfego Aéreo
<b>AWO</b>	All Weather Operations
<b>COA</b>	Certificado de Operador Aéreo
<b>COTA</b>	Certificado de Operador de Trabalho Aéreo
<b>DOA</b>	Design Organization Approval
<b>EASA</b>	European Aviation Safety Agency
<b>ECAC</b>	European Civil Aviation Conference (CEAC)
<b>ELTs</b>	Emergency Locator Transmitters
<b>ESARR's</b>	European Safety Regulatory Requirements
<b>EUROCONTROL</b>	European Organisation for the Safety of Air Navigation
<b>FAA</b>	Federal Aviation Administration
<b>FAP</b>	Força Aérea Portuguesa
<b>FDC</b>	Working Group – Reciprocal Recognition of Airline Fitness and Citizenship Determinations
<b>FTO</b>	Flight Training Organisation
<b>IATA</b>	International Air Transport Association
<b>ICAO</b>	Internacional Civil Aviation Organization
<b>JAA</b>	Joint Aviation Authority
<b>MOPTC</b>	Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicação
<b>POA</b>	Production Organisation Approval
<b>RAN</b>	Registo Aeronáutico Nacional
<b>RVSM</b>	Reduced Vertical Separation
<b>RVSM</b>	Reduced Vertical Separation Minimum
<b>SAFA</b>	Safety Assessment of Foreign Aircraft
<b>SESAR</b>	Single European Sky ATM Research
<b>SOAP</b>	Safety Oversight Audit Program
<b>SPG</b>	Strategy Planning Group
<b>SRC</b>	Safety Regulation Commission
<b>TRTO</b>	Type Rating Training Organization
<b>UE</b>	União Europeia
<b>VFR</b>	Visual Flight Rules

